

RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.398 - RJ (2018/0006307-5)

RECORRENTE : GRANDE RIO ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : ODLAWSO FERNANDES DA FONSECA FILHO - RJ064316
RODERICO JORGE XAVIER FREITAS - RJ076182
ROSANGELA DE SOUZA CASANOVA - RJ120465
RECORRIDO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE
ADVOGADO : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
RECORRIDO : SENDAS S/A
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE DE ALBUQUERQUE ALVES - RJ073803
ANTÔNIO LAERT VIEIRA JUNIOR - RJ057441
ROBSON GAMA VIEIRA - RJ076748

DECISÃO

GRANDE RIO ALIMENTOS LTDA ajuizou ação ordinária contra a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE/RJ e CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, objetivando transferir à segunda ré a responsabilidade pelo pagamento do débito de R\$ 2.055,98 (dois mil e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), gerado em período anterior ao da aquisição do imóvel consumidor do serviço de abastecimento de água, e à primeira ré a declaração de inexistência de dívida, no valor de R\$ 24.944,48 (vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro e quarenta e oito centavos), referente à medição realizada até 4 (quatro) de julho de 2002, tendo em vista que, desde a aquisição do imóvel, que pertencia à segunda ré, não houve consumo de água, pois o local somente é utilizado como galpão para depósito de material.

O Tribunal de Justiça Estadual negou provimento aos recursos de apelação da CEDAE/RJ e da SENDAS S/A, mantendo inalterada a decisão monocrática de procedência parcial da ação, nos termos da seguinte ementa (fls. 312-313):

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - DÍVIDA REFERENTE A PERÍODO ANTERIOR AO DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PELA AUTORA - IMPOSSIBILIDADE DE SE LHE IMPUTAR A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO, POR TRATAR-SE DE OBRIGAÇÃO PESSOAL E NÃO PROPTER REM - ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTA CORTE RECONHECENDO A AUTORA, NA EXORDIAL, QUE O MEDIDOR DE SEU IMÓVEL ENCONTRAVA-SE QUEBRADO, INEXISTE ILEGALIDADE NA COBRANÇA DA TARIFA DE ÁGUA POR ESTIMATIVA REALIZADA PELA CONCESSIONÁRIA RÉ NO QUE SE REFERE AO PERÍODO POSTERIOR AO DA OCUPAÇÃO DO IMÓVEL SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS QUE SE MANTÉM - DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

GRANDE RIO ALIMENTOS LTDA interpõe o presente recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição de República, alegando violação, pelo aresto vergastado, do art. 51, IX e X, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto, em síntese, indevida a cobrança de tarifa de água por estimativa por não corresponder ao serviço efetivamente consumido, mormente em se tratando de imóvel provido de hidrômetro inoperante (sem registro de qualquer consumo).

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgado desta Corte relacionado à questão.

Apresentadas contrarrazões ao recurso especial às fls. 362-369.

É o relatório. Decido.

No que concerne à alegação de violação do art. 51, IX e X, do CDC, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fl. 315):

[...]

A r. sentença proferida não merece reforma. De fato, verifica-se que parte do débito, objeto do presente feito, teve origem em dívida antecedente à aquisição do imóvel pela Autora, em julho de 2002, cuja responsabilidade pelo pagamento não lhe pode ser imputada por tratar-se de obrigação pessoal e não *propter rem*, como equivocadamente defende a segunda Ré, anterior proprietária e consumidora, diante do pacificado entendimento desta Corte no sentido de que a prestação de serviço de água e esgoto tem natureza de tarifa e não de tributo. Quanto à dívida posterior à ocupação do imóvel, melhor sorte não colhe a Autora, visando à declaração de sua inexistência, já que a legalidade da cobrança do consumo de água por estimativa, a teor do preceituado no artigo 108 do Decreto Estadual no.553/76, verifica-se quando da ausência de hidrômetro ou quando não for possível aferir o consumo com base no medidor, sendo esta a hipótese retratada nos presentes autos, conforme se depreende da leitura da exordial, em que a própria Autora afirma que o medidor não registra qualquer consumo, ou seja, encontra-se inoperante, assertiva esta reiterada em sede recursal – fls.221 -, o que implica na pertinência da modalidade da cobrança efetivada, inclusive, pelo custo de disponibilização e manutenção do serviço ao usuário, ausente prova do cancelamento da respectiva matrícula, bem como de ofensa às normas do Código de Defesa do Consumidor – fls.222.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto recorrido, a controvérsia dos autos foi dirimida com a análise e a interpretação da Decreto Estadual n. 553/76, restando evidente que eventual violação ao dispositivo federal citado, se houve, ocorreu de forma indireta ou reflexa, não justificando a interposição de recurso especial nesse caso.

Na hipótese em questão, o exame de suposta violação ao art. 51, IX e X, do CDC, exige, necessariamente, a apreciação da referida lei local (Decreto Estadual n. 553/76), atraindo, por analogia, a vedação de que trata o

enunciado da Súmula n. 280 do STF, segundo a qual: “por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A respeito dos óbices sumulares, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280/STF. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - É imprescindível a análise de lei local para o deslinde da controvérsia, aplicando-se, por analogia o enunciado da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.

III - Para a configuração do ato de improbidade administrativa, é necessária a análise do elemento subjetivo, qual seja, dolo nas condutas tipificadas nos arts. 9º e 11 ou, ao menos, culpa, quanto às condutas do art. 10, da Lei n. 8.429/92.

IV - O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou restar comprovado o dolo na conduta do agente público, caracterizando ato ímprobo. Rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, qual seja, anular o acórdão que entendeu pela caracterização de ato de improbidade, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte.

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1474514/PR, Relator Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 26/06/2018, DJe 02/08/2018).

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. IMPREVISIBILIDADE DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE A ATIVIDADE DO PODER PÚBLICO E O DANO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ART. 131 DO CPC. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. EXAME DE REGRAS CONTIDAS EM CONTRATO. SÚMULA 5/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: a) não foi provado nos autos que a elevação dos preços dos insumos (PVC e ferro) tenha gerado desequilíbrio econômico nos contratos; b) no momento da assinatura dos contratos administrativos, os insumos (PVC e Ferro Fundido) já estavam com os preços majorados, sendo que a autora poderia ter desistido de celebrá-los, mas não o fez; c) ao ser constatada a majoração dos preços dos insumos, poderia ter desistido ou reivindicado condições melhores para a execução dos contratos sem sofrer penalidade administrativa; porém, preferiu assinar os mencionados contratos, devendo arcar com os ônus correspondentes; d) não houve prova da imprevisibilidade da elevação dos preços dos insumos; e e) é incabível a condenação de indenização por lucros cessantes, uma vez que não houve comprovação de causalidade entre a atividade do Poder Público e o dano.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. No que se refere à possível violação do 131 do CPC, ressalto que o mencionado dispositivo legal consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como para decidir quanto à necessidade de produção ou não das que forem requeridas pelas partes, podendo, motivadamente, indeferir as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.

4. Ademais, observa-se que não há como aferir eventual violação ao mencionado dispositivo legal sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

5. No tocante ao alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como aos supostos danos que gerariam direito à indenização por lucros cessantes, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, bem como examinar as regras contidas no contrato, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

6. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 699182/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 20/08/2015, DJe 10/09/2015).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RESCISÃO UNILATERAL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PREJUÍZOS DECORRENTES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 05 E 07/STJ. INCIDÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

I - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de i) demonstrar ser indevida a condenação em lucros cessantes e aplicação da multa contratual; e ii) inverter a conclusão alcançada pela tempestividade da apelação da Recorrida, é inviável em recurso especial, à luz dos óbices contidos nas Súmulas n. 05 e 07/STJ.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o termo inicial para a incidência da correção monetária nos

contratos administrativos de obra pública, na hipótese de atraso no pagamento, não constando do contrato regra que estipule a data para o efetivo pagamento do preço avençado, deverá corresponder ao 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à realização da obra, apurada pela Administração Pública mediante critério denominado medição.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp 1494262/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 11/03/2016).

Nesse sentido, o óbice sumular n. 280/STF também impede a análise do dissídio jurisprudencial suscitado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, § único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator